



CULINÁRIA VEGETARIANA

Informativo mensal destinado à boa saúde e à paz universal

n. 17, março, 2006

Publicação *on line* disponível para download através do endereço eletrônico:
<http://www.culinariavegetariana.com.br>

EDITORIA
Inteligente
.com.br

Cláudia Alves Bringel - Mtb 43427

Índice

✓ Receitas:

- Alho-poró com alcaparras - pág. 1
- Doce de banana sem açúcar - pág. 1

✓ Agenda: - pág. 2

✓ **Biodiversidade:** Organizações e movimentos sociais participantes da Oficina "O que está em Jogo na Cop 8 e na MOP 3?" elaboraram carta aberta - pág. 3

✓ **Biodiversidade:** Duas mil crianças levam para a avenida samba pela proteção das florestas e oceanos - pág. 4

✓ **Biossegurança:** Indicado presidente da CTNBio - pág. 4

✓ **Biossegurança:** Sobre a avaliação de riscos no Protocolo de Cartagena - pág. 5

✓ **Proteção animal:** Yakissoba beneficente - pág. 6

✓ **Cultura:** Apocalipse é tema do espetáculo "Verdade ou Desafio?" - pág. 6

Divino
 Pães
 Pães integrais •
 Sem adição de açúcar •
 Sem conservantes •

Entregas em domicílio
35 3334.2132
info@divinopaes.com.br

MERCADO
ORGANICO

www.mercadoorganico.com.br

Receitas*

dúvidas: receitas@editorainteligente.com.br

* É proibida a utilização comercial, com finalidades editoriais, das receitas publicadas

Alho-poró com alcaparras

Ingredientes:

- ✓ 4 bulbos de alho-poró - eliminar as folhas verdes externas, cortar bem fininho o bulbo e as folhas internas;
- ✓ 80g de alcaparras;
- ✓ 1/2 pimentão vermelho cortado em tiras finas;
- ✓ 2 colheres de sopa de óleo de girassol;
- ✓ sal marinho a gosto;
- ✓ azeite extra virgem a gosto.

Modo de preparo:

- ✓ Colocar o óleo em uma panela, quando aquecer colocar o alho-poró e o sal.
- ✓ Refogar bem, por aproximadamente 15 minutos.
- ✓ Acrescentar as alcaparras e o pimentão e deixar por mais 5 minutos em fogo baixo.
- ✓ Depois que desligar acrescentar o azeite.

Rendimento: 4 porções

Doce de banana sem açúcar

Ingredientes:

- ✓ 2 dúzias de banana nanica (banana d'água);
- ✓ canela a gosto (opcional).

Modo de preparo:

- ✓ Cortar as bananas em rodelas e amassá-las com um garfo.
- ✓ Levar ao fogo baixo por aproximadamente 1 hora (para 2 dúzias de banana). Não precisa ficar mexendo o tempo todo, mas deve-se mexer em curto espaço de tempo.
- ✓ Quando a banana adquirir uma coloração mais escura é sinal que o doce está pronto.
- ✓ Independente do tipo de panela, aconselha-se o uso da colher de pau.
- ✓ No momento de servir o doce, se desejar, acrescente a canela.

Rendimento: 500g



Alho-poró com alcaparras



Doce de banana sem açúcar com canela

BOM APETITE! Nota: Prefira sempre ingredientes orgânicos. Seus pratos ficarão mais saborosos e você estará contribuindo com sua saúde, com a agricultura familiar e com o meio ambiente.



AGENDA

13 a 17 de março

Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança
Curitiba - PR
www.cop8mop3.org.br
www.cop8.org.br

18 e 19 de março

Yogaterapia hormonal
Florianópolis, SC
www.yogashala.com.br

19 de março (12h às 17h)

Yakissoba beneficente
São Paulo, SP (Rua Joaquim Távora, 605 - V. Mariana)
produtos@institutoninarosa.org.br

19 de março

Plantas medicinais
São Paulo, SP
www.aao.org.br

20 a 31 de março

Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança
Curitiba - PR
www.cop8mop3.org.br
www.cop8.org.br

24 e 25 de março

Culinária Vegan com Thina Izidoro
Rio de Janeiro, RJ
(21) 2286-3643 ou 2286-7078



25 de março

Cogumelo Shiitake
São Paulo, SP
www.aao.org.br

26 de março

Horta caseira
São Paulo, SP
www.aao.org.br

1 e 2 de abril

Sítio em equilíbrio
São Paulo, SP
www.aao.org.br

2 de abril

Cogumelos comestíveis
São Paulo, SP
www.aao.org.br

4 a 6 de abril

Viver Zen
Rio de Janeiro, RJ
www.viverzen.com.br



15 a 28 de abril

Formação de professores de yoga integrativa
Garopaba, SC
www.yogaencantada.com.br

28 de abril a 1º de maio

Sadhana - 2º Encontro para o crescimento interior e o bem-estar
Florianópolis, SC
www.devi.com.br/sadhana

29 de abril a 26 de maio

Formação em Yoga, Curso Livre - Módulo I
www.yoga.pro.br

30 de abril a 13 de maio

Formação profissional em yogaterapia
Garopaba, SC
www.yogaencantada.com.br

1 a 5 de maio

Workshop de Vinyasa Yoga
Florianópolis, SC
yogashala@devi.com.br

5 e 6 de maio

1º Congresso Brasileiro de Educação Humanitária
Memorial da América Latina, São Paulo, SP
www.ninarosa.org/congresso.htm



6 de maio

Minhocultura e compostagem
São Paulo, SP
www.aao.org.br

14 de maio

Horta comunitária
São Paulo, SP
www.aao.org.br

20 de maio

Cogumelo Shiitake
São Paulo, SP
www.aao.org.br

20 a 27 de maio

Yoga e Ayurveda
Garopaba, SC
www.yogaencantada.com.br

21 de maio

Plantas medicinais
São Paulo, SP
www.aao.org.br

27 de maio

Agricultura orgânica e alimentação desintoxicante
São Paulo, SP
www.aao.org.br

27 e 28 de maio

São Paulo, SP
Gheranda Samhita
www.nilakantha.com.br

28 de maio a 11 de junho

Massagem Ayurvédica
Garopaba, SC
www.yogaencantada.com.br

2 a 4 de junho

Mariscal, SC
Mantra, Yoga, Vidya
www.yoga.pro.br

3 e 4 de junho

Sítio em equilíbrio
São Paulo, SP
www.aao.org.br

4 de junho

Cogumelos comestíveis
São Paulo, SP
www.aao.org.br

7 a 11 de junho

Campo Alegre, SC
Gheranda Samhita, no Chacaranda Ashram
laurapacker@terra.com.br

11 de junho

Horta caseira
São Paulo, SP
www.aao.org.br

16 a 18 de junho

Recife, PE
Shiva Samhita
taivieira@globo.com

23 a 25 de junho

Fortaleza, CE
Shiva Samhita
www.ekadantayogashala.pro.br

2 a 29 de julho

Mariscal, SC
Formação em Yoga, Curso Livre - Módulo II
www.yoga.pro.br

2 a 30 de julho

Formação em Ashtanga Yoga
Rio de Janeiro, RJ
www.ashtanga.com.br/2006a.php

8 de julho

Agricultura orgânica e alimentação desintoxicante
São Paulo, SP
www.aao.org.br

8 de julho

Horti e fruticulturas
São Paulo, SP
www.aao.org.br

16 de julho

Horta comunitária
São Paulo, SP
www.aao.org.br

22 de julho

Minhocultura e compostagem
São Paulo, SP
www.aao.org.br

23 de julho

Plantas medicinais
São Paulo, SP
www.aao.org.br

29 de julho

Cogumelo Shiitake
São Paulo, SP
www.aao.org.br

30 de julho

Horta caseira
São Paulo, SP
www.aao.org.br

2 de agosto

Horticultura: noções básicas
São Paulo, SP
www.aao.org.br

4 a 6 de agosto

Mariscal, SC
Passagens Harmônicas (Iyengar Yoga) com Renato Turla (Itália), assistido por Gustavo Ponce (Chile)
www.yoga.pro.br

4 a 8 de agosto

1º Congresso Brasileiro de Vegetarianismo
Memorial da América Latina, São Paulo, SP
<http://www.svb.org.br>



6 de agosto

Cogumelos comestíveis
São Paulo, SP
www.aao.org.br

11 a 13 de agosto

Rio de Janeiro, RJ
Ásana, pranayama e concentração
paulasaboya@mac.com

18 a 20 de agosto

São Paulo, SP
Shiva Samhita
info@nilakantha.com.br
www.nilakantha.com.br



Biodiversidade

Organizações e movimentos sociais participantes da Oficina “O que está em Jogo na Cop 8 e na MOP 3?” elaboraram carta aberta

Frente ao avanço de formas insustentáveis de exploração, uso e mercantilização da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, nós, movimentos sociais e ONGs brasileiras nos reunimos em 7 e 8 de fevereiro, na cidade de Curitiba, para discutir *O que está em jogo na 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP 3) e na 8ª Reunião das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8)*.

Com fundamento nas discussões realizadas foi possível chegar às seguintes conclusões que nortearão nossas atividades durante o Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena e a Conferência de Partes da Convenção de Biodiversidade:

A expansão do agronegócio, das monoculturas de commodities e das plantations, atividades que beneficiam e são promovidas unicamente por algumas poucas corporações transnacionais, têm sido a principal causa de destruição da biodiversidade pelo capital, ocasionando também a apropriação

de territórios, a privatização da biodiversidade e o desaparecimento de comunidades e conhecimentos locais.

A proteção da biodiversidade implica necessariamente a implementação urgente de outros padrões de produção e consumo, baseados em princípios ecológicos, na justiça social e na desconcentração da propriedade da terra.

Manteremos incondicionalmente a luta contra os transgênicos e contra as monoculturas, visto que estes constituem uma das maiores ameaças à soberania alimentar e à biodiversidade.

A criação de áreas protegidas como meio de conservar a biodiversidade deve estar associada às outras estratégias de conservação. As comunidades locais devem ter assegurada sua autonomia para regular formas de manejo, estabelecer critérios de uso e estratégias de conservação da biodiversidade existente em seus territórios a partir de seus conhecimentos tradicionais.

O conceito de conhecimento tradicional associado à biodiversidade representa uma fragmentação inadequada de um sistema cultural integrado que possui concepções, valores e saberes mais amplos ligados ao meio ambiente e a um território. A repartição de benefícios, da forma como é hoje discutida na CDB e na legislação nacional, representa apenas uma moeda de troca pela privatização de bens e conhecimentos que constituem uma construção cultural coletiva. Entre as dimensões que necessitam de proteção e reconhecimento, por exemplo, estão as sementes crioulas, nativas ou indígenas que formam a biodiversidade agrícola.

O principal instrumento de resistência à lógica da privatização da biodiversidade e do patenteamento das formas de vida são a formação, conscientização e mobilização das comunidades e indivíduos sob formas sustentáveis de produção. Esta tarefa é a principal missão dos movimentos e organizações que subscrevem este documento.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2006.

Recomendações sobre os pontos críticos da negociação**1. Protocolo de Cartagena**

O Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança atinge em seu terceiro encontro (MOP 3), a realizar-se em Curitiba, um momento decisivo que pode colocar em xeque o papel deste instrumento enquanto mecanismo internacional de proteção da biodiversidade, caso não seja superado o impasse instalado nas negociações de 2004 pelo Brasil e pela Nova Zelândia, sobre o aspecto da identificação e rotulagem. Defendemos a identificação clara e precisa de carregamentos com transgênicos (“contêm”) como forma de se minimizar os impactos à biodiversidade e viabilizar a implementação dos demais dispositivos do Protocolo de Cartagena, tendo em vista que já existem casos de contaminação ambiental resultantes do comércio e da circulação de transgênicos. No que diz respeito à responsabilização e compensação por danos resultantes da movimentação internacional de transgênicos, apoiamos o avanço das negociações em torno do artigo 27, no sentido de atribuir a responsabilidade aos atores que desenvolveram a tecnologia.

Também alertamos e conclamamos outros movimentos da América Latina sobre os riscos para nossa própria identidade e diversidade representado pela ameaça de liberação do milho transgênico no Brasil.

2. Tecnologias de restrição de uso (GURTS)

A luta contra os transgênicos continua sendo elemento central da resistência à implantação de um modelo de agricultura que gera exclusão, dependência e perda da

soberania alimentar.

As tecnologias de restrição de uso genético – tanto de sementes estéreis (terminator) como de restrição acionada quimicamente (variedades) - são apenas uma forma mais ofensiva do projeto de controle da produção de alimentos pelas grandes corporações através da transgenia e de outras tecnologias, como a nanotecnologia.

Por este motivo, no âmbito da CDB defendemos a manutenção da moratória para qualquer uso destas tecnologias, bem como o reconhecimento de seus impactos negativos sobre as comunidades locais, indígenas e sobre os direitos dos agricultores.

3. Áreas protegidas da biodiversidade

Embora com muitos avanços, a criação de áreas protegidas no mundo continua apresentando muitos pontos de conflito. Um deles ocorre entre unidades de conservação e populações tradicionais em decorrência de categorias de uso inadequadas para as regiões onde são implantadas. Esse conflito por vezes estende-se para relações entre ONGs, as populações tradicionais e os órgãos de governo, mas que podem ser superados pela ampliação do diálogo.

As unidades de conservação também precisam enfrentar os conflitos provocados pelas pendências de situação fundiária de suas terras e pela inflexibilidade de órgãos ambientais sobre soluções simples e adequadas para conflitos de pequeno porte. A gestão das unidades de conservação precisa envolver não somente

as populações do interior ou do entorno de suas áreas, mas também incorporar os conhecimentos tradicionais na gestão efetiva das unidades.

Os benefícios ambientais prestados pelas unidades de conservação devem ser reconhecidos e transformados em benefícios sociais e econômicos para suas populações.

A criação de áreas protegidas não garante isoladamente a conservação da biodiversidade. Sua estratégia deve estar associada com temas mais amplos que incluem a proteção do conhecimento das comunidades dos ecossistemas e a modificação de padrões de produção e consumo em escala mundial.

4. Repartição de benefícios da biodiversidade

Qualquer política de repartição de benefícios sobre o uso dos conhecimentos tradicionais deve incorporar os sistemas locais de conhecimento em todas a sua complexidade. O conhecimento tradicional associado à biodiversidade representa uma parte de um sistema cultural de valores, práticas e inovações que varia de comunidade a comunidade. Esses sistemas locais devem ser protegidos e reconhecidos em todas as suas dimensões como parte essencial dos processos de repartição de benefícios, conforme preconizado no artigo 8j.

A participação dos detentores de conhecimentos tradicionais deve ser ampliada na Convenção da Diversidade Biológica, estimulando-se a organização de fóruns de comunidades locais e quilombolas em complemento ao fórum indígena já existente.



Biodiversidade

Duas mil crianças levam para a avenida samba pela proteção das florestas e oceanos

Curitiba vai sediar, em março, a 8ª Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) das Nações Unidas, com a participação de ministros do Meio Ambiente de mais de cem países. Por isso, o Greenpeace, em parceria com a Universidade Livre do Meio Ambiente (Unilivre), está organizando um desfile com 2 mil crianças entre 7 e 13 anos para chamar a atenção sobre a necessidade de se proteger a biodiversidade do planeta. O evento está marcado para o dia 27 de março.

“Escolhemos o samba como ritmo por ser a expressão musical brasileira mais conhecida internacionalmente”, disse Marcelo Marquesini, do Greenpeace e um dos coordenadores do evento. “Nosso objetivo com o desfile é dar voz a milhares de crianças e jovens que querem ver nossas florestas e oceanos protegidos e sensibilizar os governos a adotarem medidas

concretas para barrar a alarmante perda de biodiversidade”.

As fantasias estão sendo produzidas pelas próprias crianças, como parte das atividades lúdico-educacionais do projeto ECOS, coordenado pela Unilivre. A União dos Escoteiros do Brasil também participa do desfile. Mais de 200 faixas e cartazes em diversos idiomas, produzidos pelos participantes do programa do Greenpeace Jovens pelas Florestas, também serão levados para a avenida.

O “Samba pela Vida” é uma das várias atividades que os Jovens pelas Florestas vão realizar durante os dez dias da conferência. Criado há 15 anos, o programa do Greenpeace é desenvolvido em 13 países, com a participação de milhares de crianças e adolescentes, que fazem campanhas de mobilização pelo mundo afora para a preservação das florestas e dos oceanos. O samba foi composto por Rubinho da Costa

e Léo Viana, da escola União da Ilha do Governador do Rio de Janeiro. Gil Mendonça, um dos 'puxadores' da escola carioca Viradouro, gravou a música. A bateria da Escola de Samba Unidos dos Pinhais, composta por várias crianças, acompanhará o desfile.

A CDB nasceu após a ECO-92, também conhecida como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. É o mais importante fórum internacional sobre conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais e repartição justa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos, que a cada dois anos promove conferências entre os 188 países signatários. Cinco mil pessoas são esperadas para o evento.

Fonte: Greenpeace

www.greenpeace.org.br



Biossegurança

Indicado presidente da CTNBio

Através da portaria nº 99, de 15 de fevereiro de 2006, foram indicados o presidente e o suplente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Como presidente, foi designado Walter Colli, e como suplente, Horácio Schneider.

Vale lembrar que a Lei de Biossegurança, de 24 de março de 2005, confere superpoderes à CTNBio, tendo tirado dos ministérios competentes a responsabilidade de averiguar a segurança de transgênicos para a saúde e o meio-ambiente, facilitando a aprovação de transgênicos.

Organizações questionam novo presidente da CTNBio

por Gisele Barbieri

A escolha do novo presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) causou descontentamento em ambientalistas e diversas organizações civis, como o Greenpeace e a Terra de Direitos. O médico Walter Colli foi nomeado na semana passada pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, a partir de uma lista com três possíveis indicados encaminhada ao Ministro pelos membros da comissão.

De acordo com as entidades a indicação contraria o processo legal de escolha. É o que explica Maria Rita Reis, assessora jurídica da Terra de Direitos: “O principal problema é que a indicação de Walter Colli, que foi feita pelo Ministério da Saúde, foi feita para a vaga dos movimentos sociais na área de

saúde e o Ministério da Saúde não seguiu os procedimentos legais determinados pela Lei de Biossegurança e pelo decreto que a regulamentava para proceder a indicação.”

Outro ponto de preocupação das organizações da sociedade civil é que Walter Colli é relator de dois processos de liberação comercial de milho transgênico, quando foi membro da CTNBio há dois anos. As entidades, que são contrárias aos organismos geneticamente modificados, desconfiam que o seu favorecimento seria pelo interesse na agilidade de aprovação destes processos.

Na tentativa de reverter esta nomeação, foram entregues duas notificações ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Mas até agora as entidades não receberam nenhuma resposta.



www.ctnbio.gov.br

Fonte: Agência Brasil de Fato - www.brasildefato.com.br



Biossegurança

Sobre a avaliação de riscos no Protocolo de Cartagena

por Elizabeth Bravo (Acción Ecológica/Equador - www.accionecologica.org)

Nas negociações do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que ocorrerão em Curitiba, de 13 a 17 de março de 2006, serão tratados alguns aspectos relacionados com a avaliação e gestão de riscos. (Tema 11 da agenda, documento UNEP/CDB/BS-MOP3/9)

O objetivo é dar a conhecer os resultados do trabalho de um grupo de peritos que fizeram um exame sobre a natureza e o alcance dos enfoques existentes para a avaliação de riscos baseando-se em experiências nacionais e textos de orientação existentes, e ver sua pertinência em relação ao Protocolo de Cartagena.

A avaliação de riscos se impôs como uma metodologia para a avaliação de possíveis impactos ambientais das novas tecnologias, incluída a engenharia genética.

Em muitas sociedades, sobretudo ocidentais, assume-se que a ciência é neutra, que tem a capacidade de prever o que pode ocorrer em distintos cenários e, portanto, constitui a única base para a tomada de decisões.

A avaliação de riscos, sem dúvida, tem sérias limitações.

O conhecimento básico existente sobre o funcionamento de ecossistemas complexos, como são as florestas tropicais, por exemplo, é quase inexistente, e existe muito pouco entendimento, por parte da ciência ocidental, de como as populações humanas se relacionam com o ambiente, do papel que este desempenha na reprodução social, cultural e simbólica desses povos.

De forma mais específica, no caso da engenharia genética, existe uma grande quantidade de vazios científicos para entender plenamente os impactos que os transgênicos podem ocasionar no ambiente, na biodiversidade, na saúde humana e nos sistemas produtivos, especialmente dos povos indígenas e comunidades locais. O próprio Protocolo de Cartagena reconhece a existência desses vazios e que podem surgir novas evidências científicas sobre os perigos que

essa tecnologia contém (ver Art. 12 do Protocolo).

Veja-se o caso da contaminação das variedades tradicionais no sul do México. Nenhuma avaliação de riscos teria sido capaz de prever cientificamente que esse evento iria ocorrer e, por isso, o governo mexicano aceitou importar milho transgênico para o consumo humano (e ainda que não tenha aceitado milho GM para ser liberado no ambiente). As avaliações de riscos não levaram em conta as complexidades econômicas e culturais da sociedade mexicana, que produziram como resultado a dita contaminação.

Portanto, a efetividade da avaliação de riscos está limitada por esses vazios, o que gera grandes incertezas e debilita o poder de prever que a ciência acredita possuir.

Com frequência são utilizadas, nas avaliações de riscos, presunções arbitrárias e pré-estabelecidas e se fazem extrapolações de condições similares ou parecidas.

As avaliações de riscos não levam em conta todas as variáveis, especialmente quando se trata de problemas complexos. Não considera os efeitos sinérgicos e cumulativos e de longo prazo. Somente se avaliam os riscos convencionais.

Por exemplo, uma metodologia padrão para a avaliação de riscos ambientais para estudar o impacto dos OGM nos organismos não-alvo é o modelo ecotoxicológico. Esse é um sistema hierárquico que começa com experimentos simples em umas poucas espécies e avança através de uma seqüência escalonada de experimentos, que aumentam em complexidade, sofisticação, custo e duração, dependendo dos resultados nos testes dos níveis mais baixos. Os experimentos do segundo nível só se iniciam se os resultados do primeiro indicam potenciais efeitos adversos. O objetivo dos esquemas hierárquicos de experimentação é de minimizar os custos.

Utilizam espécies universais (por exemplo uma alga, uma pulga d'água e

um peixe), ainda que essas espécies não estejam presentes no ecossistema estudado.

Ignoram a grande maioria de vias de exposição pelas quais uma planta transgênica poderia afetar uma espécie não-alvo. Portanto, tais provas são ambíguas.

Nos aspectos da saúde humana (que está incluído no âmbito do Protocolo) não se levam em conta as diferentes reações que terão populações vulneráveis como são as crianças, os idosos ou populações desnutridas.

Esse é um assunto delicado porque está comprovado que ajuda alimentar com alimentos transgênicos tem sido distribuída a esses setores da população em vários países da América Latina, da Ásia e da África.

O propósito da avaliação de riscos deve ser de evitar impactos no ambiente, na biodiversidade, na saúde humana e no bem estar econômico e social da população. Portanto, o eixo de orientação da avaliação de riscos deve ser O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.

Aqui deve se anotar o que propõe o documento apresentado pela Secretaria, pois argumenta que:

"Dispõe-se de uma grande variedade de informação, incluída informação ecológica básica e experiência, tanto de organismos modificados como não modificados, pertinentes à avaliação de riscos dos organismos vivos modificados (OVM)", mas essa pode ser limitada porque a avaliação se faz caso a caso.

O documento acrescenta que "um dos principais desafios consiste na extrapolação de dados de estudos para conclusões acerca dos possíveis efeitos dos OVM sobre a diversidade biológica".

E que *"todas as avaliações de riscos acarretam incertezas científicas inerentes e as ferramentas e a perícia existentes para abordar ditas incertezas podem ser aplicadas até certo grau para apoiar as avaliações de riscos dos OVM"*.

Todas essas enunciações são uma



desconsideração ao princípio da precaução porque, diante da falta de evidências científicas, deve-se optar por precaver a saúde humana, a biodiversidade e o ambiente, e não extrapolar dados e fiar-se na perícia dos avaliadores.

Por outro lado, há que se recordar que menos de 10 países no mundo adotaram de maneira massiva os cultivos transgênicos e, por isso, a maioria não dispõe de informação pertinente à avaliação de riscos dos transgênicos e, muito menos, sequer têm qualquer experiência a respeito.

A maioria dos países no mundo tem um elevado nível de conhecimento sobre como manejar a agricultura de acordo com o tipo de ambiente e de suas próprias necessidades, mas carecem de experiência quanto ao cultivo de transgênicos. E isso é algo que deve ser levado em conta quando se decide negociar termos comuns para a avaliação de risco.

A avaliação de risco deve:

- contar com a melhor informação científica disponível;

• levar em conta a complexa interação existente entre o transgene, o organismo e o meio ambiente no qual ocorrerá a liberação considerada;

A avaliação de risco não pode servir para que uma atividade que não é segura continue, somente porque já se fez uma avaliação de risco. Não deve paralisar ações preventivas, devido à falta de evidências.

A avaliação de risco deve ser um processo democrático, que inclui a percepção da sociedade, suas necessidades ou prioridades. Sem dúvida, a participação da sociedade não deve servir para legitimar processos perniciosos, que terminem em negociações nas quais a localidade acaba aceitando o risco, em troca de algum benefício econômico de curta duração.

A avaliação de riscos deve ser um documento público que não esteja amparado por normas sobre confidencialidade (que facultam às transnacionais não revelarem informações, que em muitos casos estão relacionadas com a segurança

da população e do meio ambiente).

Devem se estabelecer sistemas participativos que incluam todos os setores interessados e os distintos sistemas de conhecimento disponíveis, incluindo o conhecimento tradicional.

Dado o insuficiente conhecimento existente na maioria dos países do mundo sobre o efeito dos cultivos transgênicos no ambiente, na diversidade e na saúde humana, os resultados de uma avaliação de riscos serão sempre insuficientes, razão pela qual deve vigorar o princípio da precaução.

A avaliação de risco deve levar em conta todo o pacote tecnológico que será necessário no caso de uma liberação de transgênicos no ambiente, incluindo os agrotóxicos.

A avaliação de risco deve incluir os diferentes setores da sociedade, incluindo as crianças, as mulheres grávidas e em período de lactância e os grupos com alto nível de desnutrição e baixo grau imunológico.

Proteção animal

Yakissoba beneficente

A ONG "Quintal de São Francisco" convida a todos para yakissoba beneficente, no dia 19 de março, domingo, na Associação Hokkaido de Cultura e Assistência, situada na Rua Joaquim Távora, 605, na Vila Mariana (próximo ao Metrô Ana Rosa) em São Paulo, SP.

No local haverá um bazar repleto de

produtos, além da presença de várias entidades defensoras de animais. Elas estarão divulgando seus trabalhos e vendendo seus produtos.

O convite, no valor de R\$ 15,00, que dá direito a um prato de yakissoba, deve ser adquirido antecipadamente, pelo telefone (11) 3868-4434.

Yakissoba Beneficente

キンタール デ サン フランシスコ



Cultura

Apocalipse é tema do espetáculo "Verdade ou desafio?"

Verdade ou Desafio, sob o olhar de três sobreviventes do apocalipse, três sentimentos diante do caos apocalíptico e do que aparentemente só poderia ser uma brincadeira, confrontam-se com questões sexuais, religiosas, relações humanas, temores, afetos e desafetos, a evolução do ser humano, seus erros e acertos, o respeito a si próprio, a seus semelhantes, seu planeta, suas lembranças, e também questões dogmáticas que podem ter sido as causadoras dessa destruição.

E em meio a sarcasmos e irreverências, "Deus" torna-se uma figura totalmente fora dos padrões que a sociedade determinou, fazendo com que estes

reflitam sobre o acontecido, trazendo-os para a essência de que tudo o que acontece depende somente de nós.

"Para refletir esse caos, essa angústia, desenvolvemos nos figurinos e cenário uma intensa pesquisa de como essa catástrofe se reflete nesses conjuntos. Nos figurinos, temos cada personagem relacionado a um período da história (Anos 20, 40, 70 e 90) e no cenário: destruição, objetos quebrados e suspensos em meio a conturbada constatação do fim do mundo, envolvendo a platéia em uma atmosfera de desolação e impotência diante do acontecido."

Fonte: Cia Nazca de Teatro



Cia Nazca de Teatro • www.cianazca.com.br

Temporada: 7/4 à 30/6 às sextas-feiras - 21h - Teatro do Centro da Terra, Rua Piracuaama, 19, Sumaré - Metrô Sumaré - São Paulo

Tel: (11) 3675-1595 - Estacionamento ao lado

Vendas por telefone e Internet:

www.ticketmaster.com.br • Tel (11) 6846-6000 e outros estados 0300-789-6846

Promoção: leve este cupom à bilheteria e ganhe para si e acompanhante, 20% de desconto